

Sumário

Apresentação	5
--------------------	---

PARTE 1

ACESSORIEDADE

Construindo um modelo de via única para a persecução dos ilícitos penais e administrativos no mercado de capitais	17
DOUGLAS GUILHERME FERNANDES	

1. Introdução	17
2. O fundamento jurídico para a construção de um novo modelo de persecução dos ilícitos penais e administrativos: o princípio do <i>ne bis in idem</i>	18
2.1. O conceito de bis.....	21
2.2. A natureza materialmente penal das sanções formalmente administrativas aplicadas pela CVM no Brasil.....	24
3. Construindo um modelo de persecução dos ilícitos no mercado de capitais que esteja em conformidade com o <i>ne bis in idem</i>	27
4. Conclusões	31

A atuação das instâncias administrativa e penal em ambientes regulados. Uma releitura da sistemática de interação a partir das ideias de capacidade institucional e harmonização dos efeitos das sanções. Aplicação da proposta ao ilícito de operação clandestina de instituição financeira	33
EDUARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA	

1. Introdução	34
---------------------	----

2. Prevalência da jurisdição penal e capacidade técnica do supervisor do sistema financeiro: como compatibilizar essas ideias?	36
3. As decisões do supervisor como importantes avaliações técnicas sobre o risco criado para o bem jurídico e a sua repercussão na análise da tipicidade penal	39
3.1. Manifestações do supervisor em espécie.....	40
4. A decisão do supervisor do SFN como elemento de prova	45
5. Integração entre as esferas de responsabilidade na aplicação das sanções	46
6. Conclusão.....	48
 A “independência das instâncias”: investigação sobre origem e critérios de aplicação na esfera penal	 51
GUILHERME ZILIANI CARNELÓS	
1. Independência das instâncias: a colocação do problema	51
2. Acessoriedade e independência das instâncias	52
3. A independência das instâncias nos tribunais superiores.....	55
3.1. Os crimes contra o sistema financeiro nacional	55
3.2. Os crimes ambientais.....	59
4. O caso especial dos crimes contra a ordem tributária	60
5. O necessário balanço	64
 Elementos normativos e princípio da legalidade – uma proposta a partir de um conceito orientado pela linguagem	 67
PEDRO MENDONÇA	
1. Introdução	67
2. Os elementos normativos do tipo penal. Por um reparo ao conceito de Engisch	71
3. Elementos normativos e princípio da legalidade.....	75
4. Conclusão.....	79

PARTE 2

RESPONSABILIDADE

O diretor-presidente como garantidor em crimes de omissão imprópria no âmbito das sociedades anônimas de capital aberto	83
---	----

ALEXANDRE NOAL

1. Introdução – o problema	83
2. A posição do garantidor nos crimes omissivos impróprios	85
3. Os dirigentes das sociedades anônimas como garantidores no âmbito da omissão imprópria	86
4. O diretor-presidente como garantidor no âmbito das sociedades anônimas de capital aberto	90
5. Propostas para a solução do caso considerando diretores-presidentes com poderes e deveres previstos na autorregulamentação das ‘empresa a’, ‘empresa b’ e ‘empresa c’	94
5.1. ‘Empresa a’	94
5.2. ‘Empresa b’	95
5.3. ‘Empresa c’	95
6. Conclusões	96

É possível responsabilizar criminalmente acionistas controladores que deixem de agir para evitar a prática de crimes por outros integrantes da empresa?	99
---	----

JOANA SIQUEIRA

1. Introdução	99
2. Critério do controle sobre a fonte de perigo como apto a fundamentar a posição de garantidor dos membros de empresa	101
3. Fundamento da posição de garantidor dos diretores e membros do conselho de administração	102
4. “AC” pode ser considerado garante?	104
5. O que “AC” deve fazer ao ter conhecimento da conduta ilícita do “diretor X”?	105
6. Conclusão	106

Advocacia consultiva e a lei de prevenção à lavagem de dinheiro	109
FERNANDA CASAGRANDE	
1. Introdução	109
2. Sujeição dos advogados às obrigações legais de prevenção à lavagem de dinheiro pelo inciso XIV, parágrafo único do artigo 9º da Lei Federal nº 9.613/1998:	111
2.1. Contexto histórico da alteração legislativa	111
2.2. A ausência de autorregulamentação.....	112
3. O conflito entre as obrigações da lei de prevenção à lavagem de dinheiro e os deveres inerentes à advocacia.....	114
3.1. O sigilo profissional	114
3.2. O dever de abstenção.....	117
4. A cumplicidade da atuação do advogado – Ações Neutras	119
4.1. A fungibilidade do atuar do advogado	120
4.2. O conhecimento e os conhecimentos especiais	122
5. Conclusão.....	123
 A prova do dolo (eventual) no crime de lavagem de dinheiro	 127
LUIZA FARIAS MARTINS	
1. Introdução	127
2. Elementos da conduta dolosa.....	128
2.1. Dolo eventual	129
3. A estrutura do crime de lavagem de dinheiro (art. 1º, <i>caput</i> , da Lei nº 9.613/98)	131
3.1. O tipo subjetivo	133
4. Dificuldades e desafios no âmbito da prova do dolo	136
4.1. Indicadores para constatação do dolo no crime de lavagem de dinheiro	138
5. Conclusão.....	141
 Critérios para aplicação do delito de corrupção em contexto político eleitoral	 143
MARCO ANTÔNIO BARBOSA	

1. Introdução	143
2. Casos	144
3. Pacto de injusto e definição legal do delito de corrupção passiva..	145
4. O fundamento do injusto penal de corrupção e a delimitação de seu perímetro normativo	149
5. O caso da doação eleitoral: vantagem privada ou política?.....	152
6. Conclusão.....	155
7. Resolução de casos.....	156

A decisão do representante legal, contratual ou do órgão colegiado como pressuposto central da responsabilidade penal da pessoa jurídica	157
MARIA TEREZA NOVAES	

1. Introdução	157
2. Afinal, quem são os sujeitos relevantes mencionados pelo art. 3º da LCA?	159
2.1. Sobre o representante legal.....	160
2.2. Sobre o representante contratual	162
2.3. Sobre o órgão colegiado	163
2.4. O administrador de fato diante dessas definições	164
3. A “decisão” do representante legal, contratual ou de órgão colegiado para fins do art. 3º, caput, como pressuposto central da RPPJ	165
3.1. A decisão e suas formas válidas.....	166
3.2. O silêncio como forma de decisão?.....	168
3.3. A decisão deve ser atribuível à PJ	169
4. Conclusão.....	171

PARTE 3

PROCESSO

A aplicabilidade do direito à não autoincriminação a investigações internas..	175
GABRIELA FORSMAN	
1. Introdução	175

2. A prática das investigações internas no Brasil	177
3. A aplicabilidade do direito à não autoincriminação a investigações internas	179
3.1. O direito à não autoincriminação e sua esfera nuclear de proteção	179
3.2. A aplicabilidade a investigações internas	181
4. Considerações finais	190
 <i>Ne bis in idem</i> na aplicação cumulativa das penas de multa na ação de improbidade e na ação penal	
MARIANA MICHELOTTO	193
1. Introdução	193
2. Sanção pecuniária e a natureza aflagrada da pena de multa.....	194
2.1. Conceito de sanção e pena	194
2.2. Proporcionalidade	196
2.3. Natureza sancionatória da pena de multa	196
3. Garantia individual contra a dupla punição.....	201
4. O <i>bis in idem</i> na aplicação de sanções pecuniárias penais e administrativas	202
4.1. O aprofundamento do <i>ne bis in idem</i> à luz do direito europeu e da jurisprudência europeia	202
4.2. Aplicabilidade prática dos critérios no Brasil	204
5. Conclusão.....	206
 Os impactos da acessoriedade da participação nas exigências da exposição do fato criminoso pela denúncia	
PAULO JOSÉ ARANHA	207
1. Problema: quais os impactos da acessoriedade da participação nas exigências da exposição do fato criminoso pela denúncia?	208
1.1. Ponto de partida: como a jurisprudência se posiciona sobre o problema proposto.....	208
2. Concepções dogmáticas acerca da acessoriedade da participação .	211

3. A exposição de um fato criminoso com todas as suas circunstâncias (artigo 41 do CPP).....	215
4. Conclusões a partir da inserção dos pressupostos da acessoriedade da participação na exposição de um fato criminoso (artigo 41 do Código de Processo Penal)	217
4.1. Quais requisitos do fato processual principal a denúncia deve descrever para estabelecer a imputação do partícipe?	217
4.2. É necessário identificar o autor para que a denúncia contra o partícipe seja válida?	220
4.3. Se e quando é possível denunciar apenas o partícipe?	221
 A ausência de previsão penal para as pessoas físicas nos acordos de leniência com base na Lei Anticorrupção	 223
RODRIGO CASTOR DE MATTOS	
1. Introdução	223
2. Reflexos penais para as pessoas físicas nos acordos de leniência com base na lei anticorrupção	225
3. A falta de atratividade do acordo de leniência com base na Lei Anticorrupção	227
4. A previsão de benefícios penais nos acordos de leniência firmado com o Ministério Público Federal.....	229
5. A colaboração premiada e o acordo de não persecução penal como meios de investigação, obtenção de prova e aptos a definirem a situação penal das pessoas físicas nos acordos de leniência	231
6. Conclusão.....	235